



GEOPOLÍTICA, NEOEXTRATIVISMO E TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA PERIFERIA: dinâmicas, impactos e resistências

David Barrios Rodríguez¹
Guillermo Alfredo Johnson²
Lucas Atanásio Catsossa³
Marcos Antonio da Silva⁴

Resumo

A transição geopolítica em curso, aliada à mudança climática, aponta mudanças significativas de referenciais políticos, culturais, econômicos e de territorialização com o crescente rearranjo das relações no poder mundial. A ascensão da China tem desmanchado a hegemonia estadunidense e influenciado uma nova ordem internacional. Neste sentido, a disputa hegemônica tem potencializado a interferência no ambiente com o incremento do extrativismo principalmente na periferia do sistema-mundo. Neste contexto aprofunda-se o processo de acumulação do capital, a extinção dos direitos sociais e a necessidade de utilização da violência, estatal e paraestatal, para impor a crescente concentração de riquezas. Assim, o artigo analisa tal processo no contexto Pan-Amazônico e de Moçambique, demonstrando seus impactos no caráter subalterno da inserção periférica nesta nova distribuição mundial do poder.

Palavras-chave: Geopolítica; Neoextrativismo; Violência; Militarização; Território.

GEOPOLITICS, NEO-EXTRACTIVISM, AND THE TERRITORIALIZATION OF CAPITAL IN THE PERIPHERY: dynamics, impacts, and resistance

Abstract

The ongoing geopolitical transition, coupled with climate change, points to significant shifts in political, cultural, and economic frameworks—as well as in territorialization—amidst the growing rearrangement of global power relations. China's rise has eroded U.S. hegemony and influenced a new international order. In this sense, the hegemonic struggle has intensified environmental interference through increased extractivism, particularly in the periphery of the world-system. Within this context, the process of capital accumulation deepens, alongside the erosion of social rights and the need to employ state and para-state violence to enforce the growing concentration of wealth. Thus, this article analyzes this process within the Pan-Amazonian region and Mozambique, demonstrating its impacts on the subordinate nature of peripheral integration into this new global distribution of power.

Keywords: Geopolitics; neo-extractivism; violence; militarization; territory.

Artigo recebido em: 26/05/2026 Aprovado em: 21/08/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEpe30399>

¹ Doutor em Estudos Latinoamericanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Investigador Titular, Instituto de Investigaciones Económicas de la UNAM. E-mail: davidbarrios@filos.unam.mx.

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e da Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6508-3105>, Email: guillermo.alfredo@ufma.br.

³ Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/Dourados/MS). Docente do curso de Mestrado em Gestão Ambiental e dos cursos de Licenciatura em Geografia e de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário da Universidade Púngué (UniPúngué) - Extensão de Tete, Moçambique. Pós-doutorando em Geografia pela UNESP/Rio Claro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3883-4807>, E-mail: lucascatsossauem@gmail.com.

⁴ Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>, Email: marcosilva@ufgd.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

As crescentes tensões geopolíticas que agudizam as disputas pela apropriação das matérias-primas ao redor do mundo e a captura dos mercados têm evidenciado a paulatina fragmentação do poder hegemônico dos Estados Unidos da América. Além disto, a ascensão econômica sustentada da China, ancorada na produção de mercadorias e na liderança dos avanços tecnológicos, e a recomposição armamentista da Rússia, para destacar alguns elementos deste novo século, colocam em xeque o predomínio estadunidense, inquestionável há algum tempo (Merino, 2025). Neste conturbado contexto, parece deixar-se totalmente de lado as preocupações pela questão ambiental que progressivamente vinham ganhando espaço na agenda pública nas últimas três décadas, o que potencializa os desafios pela construção de uma sociedade que permita uma convivência sustentada entre todos os seres vivos.

Esta situação alia-se ao debate em torno de uma mudança climática significativa em curso, que enfatiza a importância pela conscientização e uma eventual mudança das formas como as nossas sociedades. Neste contexto emerge o conceito de Antropoceno como uma tentativa em significar histórica e tendencialmente as relações que os seres humanos têm construído no nosso planeta, e, principalmente, com os acirrados debates vinculados com o devir e porvir da sobrevivência da vida na Terra.

Neste cenário, os países periféricos têm procurado se reorganizar em torno de tentativas de fortalecer suas autonomias perante a persistência avassaladora dos mecanismos de dominação geopolítica e econômica dos países que detêm a hegemonia mundial. Os ensaios integracionistas no rastro de um desenvolvimento autônomo e construções soberanas na América Latina na primeira década deste século foram efêmeras, pois uma nova onda de governos submissos ao poder hegemônico foi instalada, instaurando uma dinâmica neocolonial, com desindustrialização, reprimarização econômica e ideologias neoconservadoras.

Esta disputa pela supremacia geopolítica e a agenda ambiental possui diversas dinâmicas e manifestações na periferia mundial. Neste trabalho procuramos abordar algumas expressões deste embate político-econômico nos governos da Pan-Amazônia, destacando o caráter gradativamente violento que assume na contemporaneidade, com o recrudescimento da militarização, e para ilustrar um caso de extrativismo mineral que ocorre em Moçambique, visando ilustrar a dimensão perversa deste fenômeno na atualidade.

Para tanto, o trabalho está organizado em três seções. Na primeira, discutimos a dinâmica extrativista do capitalismo contemporâneo e seu impacto nos territórios e agenda política. A segunda seção analisa a convergência entre a dinâmica extrativista e os processos de securitização e militarização na periferia capitalista. A terceira seção procura inserir a análise destes processos no cenário pan-amazônico, refletindo sobre seu impacto na atuação estatal e nos conflitos sócio territoriais. A quarta seção analisa tal processo no caso africano de Moçambique, discutindo a atuação e os impactos do extrativismo da empresa Vale.

2 A ECONOMIA DO SAQUE COMO SISTEMA ESPECULAR DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Partimos da afirmação de que o processo de influência/imbricação das atividades da economia criminal com estruturas dos governos e os Estados de América Latina e o Caribe e da África, ocorre de maneira diferenciada e multiescalar. Isto supõe reconhecer que as atividades que realizam estas estruturas têm atravessado um marcado processo de diversificação. Neste sentido, na atualidade é possível observar que, porções dos territórios da região latino-americana e caribenha, assim como da África Subsaariana, emergem novas formas de institucionalidade com um papel determinante das estruturas da economia do saque, termo mais apropriado para nomear atuais dinâmicas do controle monopolístico dos territórios e dos recursos naturais, que são práticas provenientes do capitalismo como projeto histórico.

Funcionam, de fato, como parte dos mecanismos extraeconômicos que sempre acompanharam a expansão das fronteiras mercantis. Desta forma, o processo de expansão dessas fronteiras mercantis, na maioria das vezes, é marcado pela militarização dos territórios. Entretanto, a partir do momento em que grupos armados que fazem parte das estruturas da economia do saque controlam segmentos de territórios e populações, tendem a reproduzir a lógica securitária dos Estados na definição regras, estabelecendo fronteiras (tanto físicas como simbólicas); disputam o monopólio do uso da violência ou a promovem, instauram diversas formas de rendas ilegais, implantam regulações econômicas, impulsionando a extração ou subtração de matérias primas, que incluem combustíveis fósseis, minerais diversos, água potável e biodiversidade em geral (Barrios Rodríguez, 2023).

Um elemento determinante é o papel dos Estados como a principal força que impulsiona estes processos, não somente na Ásia, África e América Latina. Os Estados em questão, não são quaisquer, mas 'Estados para a espoliação' segundo Zibechi & Machado (2023), os quais criam condições para que os processos se materializem por meio do que Harvey (2024) chamou de 'acumulação por espoliação'. A racionalidade desses Estados, por serem periféricos no sistema-mundo se dá por meio da violência estrutural contra os povos nativos, enquanto estrangeiriza territórios e, principalmente, os recursos naturais e se deixa explorar pelas multinacionais financiadas pelos setores dominantes do capitalismo financeiro globalizado.

Trata-se, pois, de Estados que funcionam como sustentáculos da acumulação ampliada do capital em escala global, espoliando os povos nativos, cujo processo se dá pela concessão e/ou venda dos territórios, cujo subsolo contém grandes reservas de recursos naturais a estrangeiros. Esse cenário contraditório do desenvolvimento capitalista ocorre tanto na América Latina e Caribe, quanto na África. No caso latino-americano pode-se dar o exemplo do Brasil, onde recentemente, o ex-governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado firmou um acordo para a exploração de terras raras com a multinacional estadunidense a *USA Rare Earth* (USAR) a qual compraria a companhia brasileira Serra Verde por um valor de US\$ 2,8 bilhões¹.

Embora este acordo tenha ingressado no debate sobre a sua legalidade (ou não), já que os estados não têm o poder de concessionar/vender ou firmar acordos para a exploração dos recursos naturais, sendo esta uma prerrogativa exclusiva da União, uma vez que o subsolo a ela pertence, a ação de Ronaldo Caiado foi interpretada por uma parte da sociedade brasileira como uma afronta à soberania do país, de tal modo que os deputados do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) entraram com uma ação na Procuradoria-Geral da República (PGR), para impedir a venda das terras raras à multinacional norte-americana². Na África, essa situação é recorrente em Moçambique, onde o estado entrega os recursos naturais por meio de concessões, das quais nem sempre o processo ocorre de forma transparente (Bassey, 2015; Catsossa, 2020, 2021).

A partir desta dimensão é possível caracterizar a contemporaneidade com a noção de acumulação entrelaçada³, pela qual constata-se a sobreposição da reprodução ampliada do capital conjuntamente com a espoliação, configurando uma dinâmica mista e articulada, somando neste processo a grilagem de terras (Terán-Mantovani; Scarpacci, 2024). Em síntese, trata-se de um sistema especular, no

sentido em que se olha e reproduz no espelho do funcionamento sistêmico, que supõe tanto a extração ilícita de matérias primas como a construção ou usufruto da infraestrutura disponível. Trata-se de uma questão que articula, reforça e aprofunda a convergência catastrófica entre neoliberalismo, militarização e mudança climática (Leite Gonçalves; Costa, 2020; Parenti, 2016), ou, numa elaboração similar, como um trilema catastrófico do qual fazem parte a extração, construção de infraestrutura e as forças policiais (Dunlap; Brock, 2022) produzindo migração forçada, desigualdades e deslocamento interno forçado, processos de securitização, desapareição, violações aos direitos humanos e, de maneira geral, a erosão das condições que fazem a vida possível.

3 ATIVIDADES EXTRATIVAS E A ATUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA NA PERIFERIA

Compreendemos o extrativismo como parte de uma atualização do debate do longo processo de conformação do Moderno Sistema Mundo e do padrão colonial de poder (Wallerstein; Quijano, 1992)⁴. Desta forma, o extrativismo é também compreendido como mecanismo de acumulação ampliada do capital em escala global, em que os países periféricos no sistema-mundo se inserem como fornecedores de matérias-primas aos países centrais e compradores de produtos industrializados e tecnologia (Acosta, 2016). No presente século, pode-se diferenciar uma matriz dependente de exportação de matérias primas entre governos de sinais políticos diversos, que parece ter dado lugar a uma oposição entre extrativismo clássico e neoextrativismo e em que se destaca a transformação/adaptação de aspectos tecnológicos (caracterizados pelos volumes e intensidades do processo), econômico-financeiros (na medida em que são valorados nos mercados) e geopolíticos.

Neste último aspecto deve ser enfatizada a transformação, neste momento de transição hegemônica, na qual as potências emergentes, como a China, reforçam a extração de matérias-primas como eixo econômico de América Latina e o Caribe (US SOUTHCOM, 2025), o que tem redundado em renovadas disputas territoriais e processos de securitização (como quando se considera seu armazenamento e extração um assunto de segurança nacional) relacionados com a centralidade adquirida pela valorização da natureza (Nolte; Wehner, 2016). A publicação, pelo governo de Donald Trump, da Estratégia de Segurança Nacional e da Estratégia de Defesa Nacional estabeleceu explicitamente a

importância de controlar o continente que eles chamam de Hemisfério Ocidental. Além disso, modificações recentes na infraestrutura e na distribuição dos comandos geográficos nele existentes implicaram a incorporação da Groenlândia e do Reino da Dinamarca ao Comando Norte. As operações militares que desde 2025 ocorrem na *Nuestramérica* sob o pretexto do combate ao tráfico ilícito são, na realidade, uma manifestação da disputa com as outras potências pelo acesso (e negação) a bens críticos e estratégicos, o que pode ser complementado pela importância que adquirem os chamados *strategic choke points* (pontos de estrangulamento estratégico), em que se destacam estreitos, corredores e canais, mas em que também se avistam no horizonte diversas vias de comunicação (Barrios Rodríguez, 2026). Esta transição hegemônica, marcada pela militarização dos territórios na extração de matérias-primas, é recorrente também na África (Bassey, 2015; Catsossa, 2021) e em Moçambique, de forma, particular, conforme apontam Catsossa (2020, 2021) e Rentala (2022).

Vale observar que a intensificação das atividades mineiras no século XX e a emergência dos hidrocarbonos fósseis como motor da expansão do capitalismo significaram a afirmação das soberanias estatais, símbolo do desenvolvimento no processo de industrialização por substituição de importações. Nas últimas décadas, como parte do processo de aprofundamento do neoliberalismo, observamos a uma ofensiva sobre o meio ambiente, os territórios e suas populações (Seoane, 2012) que tem resultado crucial para uma refuncionalização do Estado, permitindo uma mercantilização em diversas áreas que antes estavam vedadas. Desta forma, o debate em torno ao papel das matérias-primas tem suscitado diversas perspectivas e embates a respeito do extrativismo e a aparição do neoextrativismo, afetando tanto governos neoliberais “clássicos” como governos progressistas (Johnson; Silva, 2019).

Uma das características diferenciais destes últimos tem sido que porções consideráveis dos recursos das atividades extrativas permitiram alguma redistribuição social de rendas através de distintos mecanismos, no entanto, as repercussões socioambientais e a proeminência dos indicadores de exportação das matérias primas resultaram similares em ambos os casos. Neste sentido, são instigantes análises como o consenso das *commodities* (Svampa, 2012) e o neoextrativismo, as profundas transformações no comportamento das corporações, ou a participação na América Latina e o Caribe nas estruturas da economia criminal (Barrios Rodríguez, 2024) ou economias criminalizadas (Gutiérrez, Ciro, 2022) que também extraem ou usufruem de diversas formas o ambiente.

De toda forma, para evitar possíveis abordagens diacrônicas ou simplificadores da realidade contemporânea das características do capitalismo, no que se refere à concepção de extrativismo, resulta indispensável evidenciar os mecanismos extraeconômicos que permitem ampliar as fronteiras da acumulação, o que implica incorporar uma dupla aproximação considerando as repercussões em termos de disciplinamento social e a destruição do ambiente em que estão inseridos. Neste sentido, destacamos a importância de observar as transformações na estatalidade, nas formas de territorialidade e a emergência e sofisticação das estruturas da economia criminal/economias criminalizadas.

Isto repercute nas redefinições em torno das ameaças e dos inimigos internos, atualiza conteúdos doutrinários que têm sido transcendentais no passado recente, como o respeito aos componentes contrainsurgentes que compartilham iniciativas público-privadas (Dunlap, 2024), ou como por parte das formas de violência armada organizada, o qual resulta em noções de caráter mais descritivo com diversas expressões que vão de células mercenárias, braços armados dos cartéis, facções do tráfico, formas de autodefesa e inclusive determinadas formas de paramilitarismo contrainsurgente (Barrios Rodríguez, 2023)⁵.

Deste modo, é possível destacar duas problemáticas frequentemente ausentes nas reflexões críticas destas problemáticas. A primeira delas refere-se ao processo desigual de inserção da América Latina e o Caribe no cenário internacional, o qual redundando nos prejuízos relacionados com a destruição e consequências negativas das atividades extrativas de matérias-primas. Ao mesmo tempo, estas mesmas significaram acumulação de riqueza para construir e sustentar hegemonias mundiais (Gellert, 2012). A segunda ausência está relacionada com o momento em que nos encontramos em termos civilizatórios, pois trata-se da quebra dos limiares que estabilizaram e fizeram possível a vida humana e não humana durante os últimos 12 mil anos, apontada por uma diversidade de análises metafóricas⁶ e outras de cunho comprovadamente científico⁷.

Assim, pode-se constatar que estamos ante violências de longo prazo, que se processam lentamente e fora do alcance ocular da maioria das pessoas, que se dissipa no tempo e no espaço, que chega a ser redimida enquanto tal (Nixon, 2011). É aquela que faz parte do ecocídio a que pertencemos, mas, ao mesmo tempo, se assanha com porções específicas do planeta e suas populações, como expressão dos intercâmbios ecológicos desiguais (Frey; Gellert; Dahms, 2019).

Torna-se indispensável uma abordagem historicizada dos processos em análise, pois durante todo o período colonial, a relação entre as regiões da América Latina e Caribe e da África com as metrópoles se desenvolveu sob o prolongado saque das riquezas naturais, cujas dinâmicas extrativistas foram baseadas em relações de servidão e escravidão, assim como circuitos específicos para organizar a espoliação ambiental. Em parte, esse processo explica o avanço das fronteiras mercantis (a partir de processos de apropriação e mercantilização) descrita por Moore (2013), o que implicou modificar de maneira irreversível a paisagem, ao mesmo tempo em que resultou num ponto de ruptura na biogeografia. Os consideráveis limites para essa expansão implicaram as múltiplas resistências dos povos nativos, tanto na América Latina e Caribe (indígenas e afrodescendentes), quanto na África (comunidades tradicionais africanas).

4 ESTADOS E DEMOCRACIAS NA PAN-AMAZÔNIA⁸ NO ÂMBITO DA DISPUTA HEGEMÔNICA MUNDIAL

Ao observarmos as linhas gerais dos embates geopolíticos mundiais na contemporaneidade é possível vislumbrar que as tensões após este quartil de século visam escalar situações de maior violência. Neste sentido, considerando que caminhamos a uma quarta revolução tecnológica que acelerara o processamento das informações, um aprimoramento significativo da robotização e uma propalada transição energética, convivemos num cenário de aprofundamento das desigualdades sociais, com uma concentração da riqueza sem registro precedente (Oxfam International, 2025).

Diante disto, o que comumente denomina-se por crise do capitalismo ou policrise (Lang; Bringel; Manahan, 2023), deveria preocupar-se com o desemprego e a desigualdade de renda, mas recorre a um aumento da crise fiscal, que justifica o ajuste das contas públicas em âmbitos nacionais com o discurso que isto promoveria a economia. Ao mesmo tempo, verifica-se o crescimento da extrema direita que retoma os fundamentos do liberalismo aliados a uma retórica neoconservadora, trazendo como consequência uma profunda clivagem social que, para manter a sua hegemonia social, incentiva o recurso à violência contra os pobres, marginalizados e as denominadas minorias sociais (Álvarez et al., 2020; Dardot *et al.*, 2021).

Além disto, no âmbito da propalada transição energética e da mudança climática em curso, a disputa hegemônica tende a ganhar contornos dramáticos para as populações do denominado Sul Global ou da periferia capitalista, pois as consequências do modelo predatório implantado pelo capitalismo tendem a ser sentidas nas regiões mais desprotegidas e vulneráveis socioeconomicamente (Gaudichaud; Modonesi; Weber, 2019). Sendo assim, assistimos a uma reversão significativa dos sinais que as políticas governamentais apontaram no início deste século, tanto no que se refere ao papel que o Estado deve desempenhar quanto às características que a democracia deve assumir na contemporaneidade. Diante disto, é possível observar que na primeira onda progressista, denominada CINAL Ciclo de «*Impugnación al Neoliberalismo en América Latina*» por Twaites Rey e Ouviaña (2018), pretende-se mitigar os principais traços do neoliberalismo, caracterizado por um projeto desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista dos Estados latino-americanos.

Pode se afirmar que houve significativa distribuição de renda neste período e uma leve guinada nas políticas públicas de saúde e educação no sentido de prover mais acesso à população, mas as diretrizes principais não deixaram de ser as neoliberais (Johnson; Silva, 2019). No início da segunda década deste século o sinal começa a mudar e governos alinhados com o país hegemônico começam a ganhar fôlego significativo, assim como as concepções relativas aos povos tradicionais e as riquezas que a natureza proporcionara para a região amazônica começam a se tornar alvo preferencial destes setores. Após a crescente importância que China exerce na aquisição de commodities, América Latina se torna palco privilegiado da disputa por minérios, petróleo e seus derivados e os produtos agropecuários.

A ênfase extrativista da nova divisão do trabalho no âmbito da *policrise*, (encorajados) pelos governos denominados por direita ou extrema direita, incentiva a expansão da fronteira de recursos, espremendo e invadindo a floresta e tensionando pelo seu extermínio (Álvarez et. al., 2020). Um exemplo paradigmático foi a ascensão da importância do lítio e como isso vincula-se com a crescente instabilidade que o governo boliviano do MAS vivenciou. Os problemas na validação da reeleição do Evo Morales, seguido de golpe, validado pela liderança da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a posse de uma senadora que não estava na linha sucessória constitucionalmente e que buscou privatizar as jazidas de minérios, em especial o lítio e acelerar o desmantelamento do Estado.

Esta enorme jazida de lítio, considerada a maior até agora descoberta, que se encontra na região fronteira com a Argentina e o Peru também terá consequências nestes países, quiçá não da

magnitude que tomaram em território boliviano, mas também não estarão ausentes nos interesses dos setores na disputa pelo poder estatal. Há poucos anos houve uma intensa movimentação de setores militares que chegaram a enfrentar o presidente Arce, numa tentativa de intimidação (Panchi et al., 2023), que se traduziu na fragmentação da coalizão governante. No segundo semestre de 2025, o projeto político neodesenvolvimentista boliviano de quase duas décadas foi derrotado, com partidos políticos de direita pugnando por retomar relações de subalternidades historicamente lastreadas (Llata, 2025).

A instabilidade política no Peru tem sido persistente na última década e meia, com intenso ativismo judiciário e do seu parlamento nacional na disputa dos rumos do país. A discriminação excludente dos povos indígenas, associada à defesa ambiental e contrários ao “desenvolvimento”, traduz-se numa dicotomia campo *versus* cidade (Villalba, 2022). A deposição e cárcere do último presidente eleito Pedro Castillo, consequentemente a posse de sua vice-presidente eleita trouxe confrontos significativos com as mobilizações populares, as quais foram reprimidas com violência desproporcional. Este cenário, tem significado a intensificação do processo neoextrativista e de concentração de riquezas, assim como a desqualificação daqueles que se opõem a esta dinâmica.

Vale observar que tanto este país quanto o Equador convidaram as forças armadas dos Estados Unidos a contribuírem com a segurança interna dos seus países. Este outro país andino-amazônico (Equador) tem vivenciado anos de instabilidade desde a saída do seu presidente Rafael Correa. Depois da deposição e banimento da participação política do máximo representante da Revolução Cidadã, a eleição do ex-vice-presidente deste último, Lenin Moreno, e sua guinada a favor das grandes corporações, a dinâmica do exercício do poder interrompe a sutil tendência de atendimento às demandas populares, o aproximando das diretrizes neoliberais. A continuidade destas políticas foi consolidada com Guillermo Lasso, eleito a partir de 2021, tendo deixado o cargo dois anos depois, assumindo o atual governante eleito, sendo um membro da minoria abastada equatoriana, Daniel Noboa.

A senda que este país andino tem trilhado na questão ambiental alinha-se com as que têm sido levadas adiante pelos governos amazônicos durante este século, em grande medida assumindo formalmente a importância da agenda conservacionista ambiental e a necessidade de uma mudança significativa no padrão fóssil de consumo energético, ao mesmo tempo em que continua a explorar petróleo e minérios na região amazônica (Schwab; Combariza, 2024). Nesta última década o Equador escalou em problemas de seguridade social, no âmbito do desmantelamento social do Estado, que trouxeram intensa

polarização política, alimentada pelas redes sociais, assim como tem sido observado no conjunto do Ocidente (Alarcón, 2020; Paz y Miño Cepeda, 2020; Dávalos, 2023).

Após significativas mobilizações sociais, em 2022, a Colômbia tem o seu primeiro governo progressista que tem enfrentado as milícias que disputam o território com camponeses e populações tradicionais. O extrativismo mineral confunde-se com os espaços que as plantações e o processamento da coca vêm sendo disputados por diversos setores sociais, sendo que uma minoria oligárquica tem capturado o Estado por décadas, frequentemente aliada com corporações estrangeiras e nacionais. O governo de Gustavo Petro tem sofrido diversas tentativas de interrupção do seu mandato, de diversas formas, através de jogos de poder ou institucionais, que tem buscado obstruir seu projeto político (Pulido Gómez, 2019).

As resistências populares demonstram resiliência continuada, ainda que não se vislumbre uma virada na dinâmica extrativista em curso, mas a necessidade crescente de confrontar a utilização de mecanismos da guerra híbrida em curso. A situação da Venezuela, sob a presidência de Nicolás Maduro revelou-se mais complexa e singular; sendo que no início deste 2026 o mandatário e sua esposa foram sequestrados pelo governo estadunidense de Donald Trump. O acesso às riquezas naturais, sobretudo, o petróleo, foi uma das razões, senão a principal, por trás do sequestro de Nicolás Maduro e sua esposa, como ficou patente nas declarações de Donald Trump momentos depois. Após este evento, decorrente de uma invasão militar, a vice-presidente Delcy Rodríguez assume o poder sob intensa pressão sobre as exportações petrolíferas e tutela do governo estadunidense.

Um considerável contingente de migrantes tem abandonado o país, o que indica as dificuldades sociais de permanência, relacionadas ao abastecimento e acesso à renda (número considerável de indígenas, assim como pessoas com formação profissional). A questão extrativista encontra-se no centro do debate econômico, pois a distribuição da renda petroleira é a coluna vertebral do país, sendo que uma área extensa de extração mineral vem ganhando destaque no último quinquênio (Fréitez Mendoza; López Heredia, 2021). É importante destacar que o continuado assédio que a nação venezuelana vem sofrendo desde o início do século tem incentivado considerável união popular em torno do governo, pois a persistente violência comandada pelos Estados Unidos para uma mudança de regime, por sua vez, permite evadir as críticas dos opositores às políticas imperialistas (De Toma García, 2025).

Até recentemente pouco se ouvia sobre a Guiana, o Suriname ou a Guiana Francesa, mas as incursões de garimpeiros ilegais e de alguns empreendimentos de mineração têm crescido nesses países e inserido sua extração na agenda internacional. Nos últimos três anos destacam-se os debates em torno das suas plataformas marítimas, pelo descobrimento de significativas jazidas, como parte da atual disputa pela extração de petróleo. As disputas pelos governos na Guiana e Suriname têm se tornado mais intensa nestes últimos três anos, inserindo-se também no debate em torno da questão ambiental e o desenvolvimento predatório levado adiante pelo neoextrativismo que vem ganhando espaço na agenda pública atualmente (Silva; Granger, 2022).

Da mesma forma, nesta última década o Brasil tem vivenciado também muita instabilidade governamental. Um golpe midiático-institucional perpetrado em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff serviu para aprofundar o projeto neoliberal, fortalecendo o agronegócio, isto é, a pecuária e a agricultura comandadas por uma oligarquia latifundiária, e promovendo o aumento do garimpo ilegal e a grilagem principalmente na região amazônica e no Cerrado. O governo Temer, vice-presidente eleito no âmbito daquela Frente Popular, irá assumir para implantar uma série de políticas a favor do capital e preparar o terreno da extrema direita. A predominância política dos setores economicamente dominantes se consolidará com a ascensão do governo Bolsonaro, que conseguiu “passar a boiada” em termos de flexibilização legislativa e institucional para aprofundar o saque dos recursos naturais.

O governo Lula, que o sucedeu, não tem conseguido reverter totalmente o curso dessa exploração intensa, sendo que persiste numa perspectiva neodesenvolvimentista baseada no extrativismo, continuando com a ampliação da exploração de petróleo e sem conseguir frear o avanço da fronteira de recursos (Souza Becerra *et al.*, 2023; Martins, 2024). Na região amazônica as resistências populares têm se caracterizado pela sua diversidade, sendo que os povos indígenas se destacam, pois esta região tem sido a mais preservada na América do Sul. A luta camponesa também se instala na disputa pelos territórios, ainda que, a partir do Estado, a convivência com a grilagem e a ausência de fiscalização ambiental tenha provocado a criminalização dos movimentos sociais e suas lideranças (Vergara-Camus; Kay, 2017).

Este sucinto relato da situação dos países na Pan-Amazônia somente visa apresentar uma visão panorâmica da dinâmica dos seus regimes políticos, para verificar a crescente fragilidade das suas democracias, pois com a ascensão da extrema direita a institucionalidade esgarça-se e a lei do mais forte

instaura-se (Brown, 2019). Neste cenário, os estados parecem revelar o seu caráter de classe, que aparentemente estava sendo escamoteado, pois a lei aplica-se para quem não está ocupando o poder do Estado, e, cada vez mais, não se esconde que ele se encontra a serviço dos setores abastados da sociedade, não necessariamente nacionais (Dardot *et al.*, 2021).

5 O EXTRATIVISMO MINERAL E O LEGADO DA MULTINACIONAL BRASILEIRA VALE EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é, dos países periféricos no sistema-mundo que, desde a primeira década do século XXI passou a ser o destino do capital financeiro globalizado em busca de territórios para a extração capitalista de riquezas naturais. Foi nesse processo que a cidade carbonífera de Moatize tornou-se um território em disputa por corporações globais interessadas na extração do carvão mineral, estratégico no setor energético, sobretudo, em países como a Índia. De tantas corporações globais que mostraram interesse em extrair esse minério, a gigante brasileira Vale venceu o concurso que havia sido lançado pelo Governo Moçambicano sob a liderança do antigo presidente Joaquim Chissano.

É importante realçar que até 2004, quando a Vale entrou em Moatize, não era uma empresa totalmente brasileira, pois havia sido privatizada num processo que ocorreu nos finais da década de 1990, embora continuasse sendo detida pelo capital financeiro brasileiro. Em 2004, o governo Moçambicano concessionou parte do território dessa cidade contendo carvão mineral no seu subsolo, estimada em 23.780 ha, e entregou à Vale para a sua exploração capitalista. A partir de então, a bacia carbonífera de Moatize, uma das maiores do mundo, onde a extração anual prevista é de cerca de 22 milhões de toneladas, passa a ser inserida na órbita da acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Os estudos para aferir a viabilidade do projeto de extração do carvão mineral da bacia, de caráter geológico, logístico, econômico e socioambiental, iniciaram em 2005. As operações da Vale iniciaram oficialmente em 2011, com a previsão de 35 anos de exploração (Rodrigues, 2015).

A territorialização da Vale em Moatize foi caracterizada pela emergência de uma nova ordem socioterritorial. Do território comunitário, onde a humanidade estava conectada com a natureza, a cidade tornou-se um centro da acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Neste processo verifica-se a sobreposição dos usos. Aqui, os interesses do grande capital financeiro se sobrepunham aos

das populações nativas no uso do território. A partir de então, ficou claro que os usos comunitários seriam destruídos com o início da extração do carvão mineral. Estava também evidente que a permanência das populações em seus territórios era uma incógnita, dada a falta de coexistência pacífica entre a mineração a céu aberto e os sujeitos.

Mais tarde, saiu um comunicado que anunciava que seriam deslocadas compulsivamente cerca de 1000 famílias, as quais iriam para lugares de reassentamento previamente identificados, estando apenas em curso a criação de condições necessárias. O reassentamento dessas famílias afetadas pelo projeto extrativo da Vale trouxe à superfície o fenômeno de segregação socioespacial. Logo a seguir, viu-se emergir em Moatize dois tipos de reassentamentos realizados em contextos espaciais distintos: urbano e rural. Nesta altura, a Vale entendia que a sua abordagem visava “respeitar as características anteriores das comunidades diretamente impactadas, algumas delas identificadas como periurbanas e outras como rurais” (Rodrigues, 2015, p. 58).

Para a Vale, a divisão das famílias e, conseqüentemente, a sua realocação em contextos espaciais distintos sob o ponto de vista da sua produção era uma questão de justiça. No seu entendimento, aquelas famílias, cuja reprodução social se deu em contexto urbano, deveriam manter-se na cidade de Moatize. Já aquelas famílias que passavam a vida trabalhando a terra nas zonas periféricas daquela cidade, deveriam ser encaminhadas para onde poderiam dar continuidade a essa atividade. Neste processo, um grupo composto por 250 famílias foi reassentado no bairro 25 de setembro, arredores de Moatize. Já outro grupo de famílias foi reassentado na Localidade de Cateme, a cerca de 37 km da cidade de Moatize e 57 km de Tete (Mosca & Selemene, 2011; Catsossa, 2020; Rodrigues, 2015).

No decorrer do início da atividade de mineração da Vale, resistências populares não faltaram. Nesse processo, há quem morreu resistindo a sua expropriação e espoliação pela mineradora Vale. Relatos apontam que um senhor chamado Refo, que vivia no bairro Chipanga, morreu de ataque cardíaco causado por stress e desgostos após saber que não seriam compensadas as suas terras e demais benfeitorias (Justiça Ambiental, 2022). No entanto, logo após retirar as cerca de 1000 famílias e reassentá-las no bairro 25 de setembro e Cateme, respetivamente, viu-se emergir uma nova ordem territorial caracterizada pelo que Santos (2013) chamou de ditadura e/ou tirania do dinheiro. Em Moatize, essa ditadura e/ou tirania aconteceu quando a Vale cercou toda a sua área de concessão mineira. Essa vedação separava a área habitacional e a área de exploração mineral.

A Vale justificou o ato destacando que era uma forma de impedir que as pessoas acessem à área por questões de segurança. Para além da vedação, a empresa cercou o seu território com dezenas de seguranças privados portando armamento. A partir de então, era proibido o acesso à área por parte das populações, que além de atizar os conflitos sociais, gera uma disputa pelo uso do território. A área ora vedada pela Vale, era usada pela população para várias finalidades, entre as quais, a extração de lenha, capim, estacas, produção de carvão, abertura de campos de produção, pastagem de gado; ali, também, estava localizado o cemitério onde jaziam os restos mortais dos seus entes queridos. Na disputa pelo uso do território, uma pessoa foi baleada pela polícia que estava a serviço da empresa e acabou morrendo no local (O País, 2017; Catsossa, 2020).

Em 2021, mais uma pessoa que se dedicava à produção de tijolos foi baleada nas imediações da área de extração mineira da Vale. Por sorte, esse oleiro não morreu, pois a bala disparada pela polícia a serviço da empresa não atingiu órgãos letais, tendo, contudo, ficado com as marcas da violência no corpo (Justiça Ambiental, 2022). Outro problema gerado pela atividade da Vale em Moatize tem a ver com a poluição ambiental, sobretudo, do ar. Com o início das operações da empresa as populações residentes na cidade passaram a inalar pó de carvão mineral todos os dias. Por serem partículas muito finas, facilmente penetravam no organismo das pessoas. Alguns estudos laboratoriais recentes (Passe, 2018) apontaram para a presença de metais pesados em níveis elevados no ar que a população inala em Moatize. Essas partículas do carvão mineral ficavam também suspensas em vários objetos, desde as folhas das árvores até as chapas de zinco de casas. Com a chuva, essas partículas se misturavam com água, onde uma parte infiltrava no subsolo, contaminando assim, os lençóis freáticos.

Outra parte era escoada para os rios, também contaminando a água e colocando em risco as espécies aquáticas que aí vivem. Outro problema tem a ver com o surgimento de rachaduras nas casas, como resultado da utilização de explosivos durante o processo de extração do carvão mineral. No decorrer das atividades da Vale, muitas casas ficaram rachadas, de tal forma que representavam ameaça às famílias que habitavam nelas. Aliás, as populações sempre denunciavam o desabamento das suas casas em decorrência da extração do carvão mineral. Mesmo diante de gritos, a empresa continuava a extrair o carvão mineral, como se nada tivesse acontecido. Para piorar, nem sempre prestava apoio a essas famílias no sentido de financiar a reabilitação das suas casas.

Mais tarde, uma década depois da sua territorialização, a Vale viria anunciar a sua saída do país sob alegações de que o negócio de carvão mineral não era rentável no mercado internacional. Ou seja, mais do que gerar lucros, o negócio do carvão mineral trazia mais prejuízos financeiros para a empresa. No entanto, a alegação da Vale não constituía verdade, pois, no período que esteve a extrair o carvão mineral em Moatize, obteve lucros extraordinários. Logo no início das suas atividades, a empresa beneficiou-se de isenções fiscais cedidas pelo Estado. No entanto, o real motivo de sua saída não está necessariamente relacionado à falta de rentabilidade do negócio de carvão mineral.

Os processos judiciais que a mineradora enfrentava, tanto no país como também em tribunais internacionais, relacionados com a violação dos direitos humanos e crimes ambientais em Moatize, forçaram esta multinacional brasileira a sair do país. A saída da empresa aconteceu após vender os seus ativos à multinacional indiana Vulcan, que faz parte do conglomerado Jindal Grup. Dos ativos vendidos pela Vale no âmbito da sua retirada em Moçambique, compreendia a mina de carvão de Moatize e o Corredor Logístico de Nalaca, no montante de 270 milhões de dólares, dos quais o Estado Moçambicano não tirou nenhum benefício. A saída da empresa levou a um intenso debate no país, pois a extração do carvão mineral é que passaria a pagar imposto.

Os dez anos que esteve a extrair carvão mineral em Moatize, o estado recebeu impostos irrisórios por causa das isenções fiscais que teria dado a essa multinacional brasileira. Em Moatize, a notícia de saída da Vale gerou pânico, uma vez que dezenas de famílias esperavam ser compensadas pelos danos causados durante as suas atividades, e, como forma de indignação, a população foi às ruas protestar a sua saída sem indenização. As organizações da sociedade civil também protestaram, tendo realizado um abaixo assinado, no qual afirmavam que a empresa só deveria sair do país após resolver os problemas que causou em Moatize.

Por sua vez, quando a Vale anunciou a sua intenção de sair do país, havia trabalhadores por serem indenizados, sobretudo, aqueles que teriam sofrido acidentes de trabalho. Em relação aos trabalhadores, alguns adquiriram doenças relacionadas com a atividade que executavam, cujas sequelas são permanentes, e diversas foram as doenças e lesões adquiridas por muitos trabalhadores no exercício das suas funções. Neste sentido, relataram doenças cardiovasculares, assim como tuberculoses resultantes da inalação de pó de carvão mineral durante as atividades. Porém, parte desses trabalhadores

foram abandonados pela Vale e, atualmente, lutam para adiar a sua morte, enquanto as populações que vivem nos arredores da área de extração mineira, desde 2011, vêm inalando pó de carvão mineral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos apontar como a dinâmica extrativista e a transição hegemônica do poder mundial se expressam na crescente exploração do território pan-amazônico e moçambicano, na África. Neste sentido, é possível afirmar que os territórios passam por transformações, impactadas pelas transformações contemporâneas do capitalismo periférico e da ordem internacional, principalmente na instabilidade do exercício institucional do poder relacionado com as regras formais da democracia vigente. Ademais, procurou-se verificar a ampliação da devastação florestal e da fauna na região amazônica como último bastião territorial sul-americano de avanço da fronteira extrativista em territórios antes habitados por comunidades tradicionais e indígenas.

Além disto, podemos apontar que a busca pela retomada do poder político da minoria abastada em nível regional sacrifica, como há mais de século e meio, quando da hegemonia do pensamento político liberal e sua atualização neoliberal, a participação popular nos desígnios das sociedades. O viés autocrático de dominação, ao qual Florestan Fernandes se referia, torna-se evidente na tentativa de imposição dos interesses da minoria que concentra a riqueza, que, na sua sanha expansiva sem limites, destrói tendencialmente os biomas que tornam viável a vida no nosso planeta. Ainda que não seja possível observar uma organização que abranja os países pan-amazônicos numa resistência às investidas do capital ao bioma, é necessário verificar a existência de uma diversidade de mecanismos de resistência levados adiante por movimentos sociais camponeses, quilombolas, ribeirinhos e indígenas.

No caso de Moçambique, o cenário não é muito diferente do que ocorre nos países amazônicos na América do Sul e as mesmas forças e dinâmicas políticas e econômicas parecem se impor. Desta forma, podemos observar que a cidade carbonífera de Moatize é um território tramado pela mineração industrial, cujo processo de extração é marcado pelo saque e pilhagem e destruição dos ecossistemas. A situação desta cidade e região revela a insustentabilidade dos megaprojetos de mineração na promoção do desenvolvimento socioeconômico, pois enfatizam a expropriação, a violência e os conflitos socioambientais, como seu principal legado. Revela também os riscos e limitações dos regimes

e/ou fronteiras de acumulação baseados na extração infinita dos recursos naturais, pois embora a entrada da Vale em Moatize tivesse sido acompanhada por euforia e encantos, o início das atividades traduziu-se em desilusão e desencanto e, em pouco tempo, a abundância do carvão mineral traduziu-se numa maldição para as populações locais. Assim, a extração do carvão mineral na cidade significou comodidade, rentabilidade financeira e lucro para a Vale e algumas elites políticas nacionais, enquanto para as populações locais emergiram pobreza, desigualdades e doenças.

Sendo assim, podemos apontar que a disputa hegemônica em nível mundial ainda não apresenta um modelo alternativo de relação dos seres humanos com o meio em que vivemos e não reconecta o ser humano com a natureza. As concepções extrativistas de divisão internacional do trabalho encontram-se em pleno funcionamento, impulsionando a disputa por matérias-primas e alimentos não processados, o qual impacta negativamente os povos do campo e da floresta, sendo necessário (e urgente) a emergência de uma perspectiva pós-desenvolvimentista, mais igualitária e solidária para o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, Pedro. Latin american environmental thinking revisited: the polyphony of buen vivir. **Diálogos rev. electr. hist**, San Pedro, v. 21, n. 2, p. 215-236, 2020. <http://dx.doi.org/10.15517/dre.v21i2.39433>.
- ÁLVAREZ, J. E. *et al.* **Contra Nuestra América**: estrategias de la derecha en el siglo XXI. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- BARRIOS RODRÍGEZ, D. Megaproyectos de infraestructura como mausoleos del necroceno capitalista: el corredor del Istmo de Tehuantepec. **El Ágora USB**, 2024, v.24 n.2, p.651-670.
- BARRIOS RODRÍGUEZ, D. **La vida entre cercos**. Militarización social en América Latina en el siglo XXI. Ciudad de México: CIALC-IIEc, 2023, p. 282.
- BASSEY, N. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.
- CATSOSSA, L. A. Extrativismo, territórios comunitários e violência em áreas de mineração em Moatize, Tete – Moçambique. **Revista RIET**, ano 1, v. 1, n. 1, p. 71-96, 2020.

CATSOSSA, L. A. Globalização do capitalismo extrativista, recursos naturais e o neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique. **Revista Entre-Lugar**, v.12, n.23, p. 310-255, 2021.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. A. **A Escolha da Guerra Civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DÁVALOS, P. **Ecuador**: Anomia, Estado fallido y lumpen-acumulación. Una lectura desde el marxismo. Buenos Aires: CLACSO, 2023. Disponible en <https://www.clacso.org/ecuador-anomia-estado-fallido-y-lumpen-acumulacion-una-lectura-desde-el-marxismo/>.

DE TOMA GARCÍA, R. S. Guyana en Petrocaribe: Auge y caída de la cooperación energética con Venezuela. **Conjuntura Austral**, 2025, v. 16, n. 74, p. 57–73. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143336>.

DUNLAP, A. y BROCK, A. (eds.). **Enforcing ecocide**: Power, policing & planetary militarization. Palgrave Macmillan Cham, 2022.

DUNLAP, X. **This System is Killing Us**. Land Grabbing, the Green Economy and Ecological Conflict. London: Pluto Press, 2024.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Layola, 2004.

JOHNSON, G. A.; SILVA, M. A. da. Heteronomía, progresismo y políticas públicas en América Latina. **Sociedad y Economía**, 2019, n. 37, p. 71-86. <https://doi.org/10.25100/sye.v0i37.7822>.

JUSTIÇA AMBIENTAL. **Um cerco letal de carvão**: o presente envenenado da VALE para Moçambique. 2022. Disponível em: <https://justica-ambiental.org/2022/01/19/um-cerco-lethal-de-carvao/>. Acesso: 2 set. 2025.

LANG, M.; BRINGEL, B.; MANAHAN, M. A. (eds.) **Más allá del colonialismo verde**: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

LEITE GONÇALVES, G.; COSTA, S. From primitive accumulation to entangled accumulation: Decentring Marxist Theory of capitalist expansion. **European Journal of Social Theory**, v.23, n.2, p.146-164, 2020.

LLATA, M. Fim do ciclo da esquerda no governo da Bolívia reflete anos de alta tensão política e crise econômica profunda. **Jornal da Unesp**, 25/08/2025. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2025/08/21/fim-do-ciclo-da-esquerda-no-governo-da-bolivia-reflete-anos-de-alta-tensao-politica-e-crise-economica-profunda/>.

MARTINS, A. F. G. **O desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a exploração do trabalho camponês**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

MOORE, J. W. El auge de la ecología-mundo capitalista, I. **Laberinto**, n.38,2013, p.9-26.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. **El dorado Tete**: os megaprojetos de mineração. CIP, Maputo, 2011.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Harvard University Press, 2011.

NOLTE, D. y WEHNER, L. Geopolitics in Latin America, old and new. *Em*: MARES, D.; KACOWICZ, A. (eds.) **Routledge Handbook of Latin America Security**. Routledge, 2016.

OXFAM INTERNATIONAL. As custas de quem? A origem da riqueza e a construção da injustiça no colonialismo. Janeiro de 2025. DOI: <https://doi.org/10.21201/2024.000050>.

O PAÍS. **Disputa de recursos naturais culmina com uma morte**. 2017. Disponível em: <https://opais.co.mz/disputa-de-recursos-naturais-culmina-com-uma-morte/>. Acesso: 4 set. 2025.

PANCHI J., M. et al. Jóvenes, democracia y persistencias políticas ante la crisis latinoamericana. Los casos de Ecuador y Bolivia. In: SANÚNDO PAZOS, M. F. et al. (eds.) **Estado, democracia y movimientos sociales**: persistencias y emergencias en el siglo XXI. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

PASSE, J. J. **Indústria carbonífera no distrito de Moatize, província de Tete, Moçambique e sua influência ambiental dos solos por elementos potencialmente tóxicos**. Tese Doutorado em Ciências, USP, São Paulo, 2018.

PAZ y MIÑO CEPEDA, J. J. **Ecuador**: el levantamiento indígena y popular de octubre 2019. In: SALAS, R. (edit.) **Luchas sociales, justicia contextual y dignidad de los pueblos**. Santiago: Ariadna Ediciones, 2020.

PULIDO GÓMEZ, G. El conflicto armado en Colombia en el contexto regional: de la violencia a la seguridad democrática. *Em*: COSTA, W. M de; VASCONCELOS, D. B. (orgs.). **Geografía e geopolítica da América do Sul**: integrações e conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

RANTALA, J. **Grande riqueza, poucos beneficiários**: percepções locais da gestão dos recursos naturais em Moçambique. Maputo, 2022.

RODRIGUES, Y. **A Vale em Moçambique**: uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], UNESP, Araraquara, 2015.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. La Americanidad como concepto o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, 1992, n. 134, p.583-591.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Editora: Record. São Paulo, 2013.

SILVA, G. V.; GRANGER, S. A formação territorial da região das Guianas. *Em*: NUNES RODRIGUES, J. et al. (orgs.) **Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea 2**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022.

SOUZA BEZERRA, L. M. P. *et al.* Brasil contemporâneo: crisis orgánica del Estado. *En*: OLIVER COSTILLA, L. F. (coord.) **Crisis del Estado y disputa en y por la sociedad civil en América Latina**. Análisis de situaciones: Brasil, México, Guatemala, Bolivia. México: UNAM; Grupo Editorial Biblioteca, 2023.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL**, 2012, v.13, n.32, pp.15-38.

TERAN-MANTOVANI, E., y M. Scarpacci. Economías criminales, extractivismo y acumulación entrelazada: un análisis multiescalar de los nuevos escenarios latinoamericanos. **URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, 2024, n.38, p. 8-31.

THWAITES REY, M. C.; OUVIÑA, H. El ciclo de impugnación al neoliberalismo em América Latina: auge y fractura. *In*: OUVIÑA, H.; THWAITES REY, M. C. (eds.) **Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.

US SOUTHCOM. **Statement of Admiral Alvin Holsey Commander**, United States Southern Command before the 119 th Congress Senate Armed Services Committee. 13 february 2025.

VERGARA-CAMUS, L.; KAY, C. Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections. **Journal of Agrarian Change**, 17(2): 239–257, 2017. <https://doi.org/10.1111/joac.12215>.

VILLALBA, F. V. A totalidade neoliberal-fujimorista: estigmatização e colonialidade no Peru contemporâneo. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 37(109), 2022, e3710906. <https://doi.org/10.1590/3710906/2022>.

ZIBECHI, R.; MACHADO, D. **Estados para acumulação**: do estado de bem-estar ao estado extrativista neoliberal. Rio de Janeiro: Editora Consequências, 2023.

Notas

¹ Para mais detalhes, veja mais em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/04/24/bom-dia-ministro---marcio-elias-rosa.ghmt?cmpid=copiaecola>. Acesso: 25 de abril de 2026.

² Para mais detalhes, consulte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/04/23/deputados-psol-acionam-pgr-ronaldo-caiado.ghmt>. Acesso: 25 de abril de 2026.

³ A acumulação entrelaçada foi recuperada de Leite Gonçalves e Costa (2020).

⁴ Numa perspectiva retroativa e, ao mesmo tempo, teleológica podem ser considerados os extrativismos de primeira, segunda, terceira e quarta geração a partir das tecnologias empregadas, os volumes de matérias primas extraídas e seus impactos socioambientais (Gudynas, 2015).

⁵ Para México torna-se evidente ao considerar que um elemento central na evolução das formas de militarização recentes resulta da incorporação de ex-integrantes de corpos de operações especiais nas estruturas armadas dos cartéis (ex GAFES o Kaibiles). Isto provocou não somente uma mudança de paradigma na organização das estruturas abocadas a estas tarefas, como a incorporação de táticas irregulares e contrainsurgentes entre os diferentes grupos, o qual implicou, neste contexto, conferir status de inimigo à população no seu conjunto, que, por sua vez, atualiza a implantação de princípios contrainsurgentes (Barrios Rodríguez, 2023).

⁶ Por exemplo, o relógio do fim do mundo (*Doomsday clock*), aponta inquietantes indicativos para a “meia-noite da humanidade” em função do acúmulo de ameaças bélicas e a intensificação da degradação ambiental (Mecklin, 2025).

⁷ Num conjunto de 9 limites para a preservação planetária, dos quais 6 já tinham sido ultrapassados em 2023 (Richardson, et al., 2023), com a possibilidade de estarmos por cruzar o 7º (Gayle, 2024). Outra abordagem, baseado em dados com atualização contínua assinala que temos iniciado a sexta extinção massiva de espécies (Barnosky et al, 2011).

⁸ Trata-se do bioma amazônica no conjunto da América do Sul, compreendendo quase a metade do território, abrangendo nove países. Mais da metade do bioma encontra-se em solo brasileiro (61%), incluindo países inteiros, como a Guiana, a Guiana Francesa e o Suriname (Aragón, 2018).